Trabalhadores prestadores de serviços para a Unesp podem ser considerados como servidores da Unesp?

Nestes dias que antecedem a realização do VIII Congresso do **SINTUNESP**, algumas teses surgem e outras ressurgem para discussão. Há o entendimento, por exemplo, de que o **SINTUNESP** não deva prestar apenas apoio político aos trabalhadores intramuros da **UNESP**, mas abraçar as causas e as lutas desses trabalhadores. Para isso, se deveria permitir a filiação dos trabalhadores terceirizados e de Fundações ao **SINTUNESP**.

Salvo melhor juízo, esta parece ser a visão política do nosso Coordenador de Formação e Cultura, à qual tenho pleno respeito e entendimento, mas que também tenho direito de discordar até mesmo porque tenho a visão jurídica da questão.

Penso que é importante aprofundar e ampliar esse debate com a nossa base de servidores filiados. Será que, abrindo as portas do **SINTUNESP** para filiação dos trabalhadores terceirizados e de Fundações, eles irão se filiar em massa? O **SINTUNESP** fará campanha de filiação e de conscientização política destes servidores? Se o índice de adesão for pequeno (nada garante que a adesão seja em massa) valerá a pena ter estes trabalhadores filiados ao **SINTUNESP**? Sabemos que, hoje, o **SINTUNESP** conta com a adesão de apenas 30% dos servidores da **UNESP**. Não seria prioritário aumentar a filiação dos trabalhadores da **UNESP**, que são membros por excelência da nossa categoria profissional? Será que aumentar a abrangência do **SINTUNESP** para outras categorias de servidores irá trazer alguma melhoria para o nosso Sindicato? Isso resultará em algum benefício concreto para o servidor técnico-administrativo da **UNESP**? Ou, no final das contas, poderá trazer prejuízos para os nossos filiados? Não estaremos propondo a extinção da nossa categoria e nos enfraquecendo ainda mais? Estas são algumas dúvidas importantes que devem preocupar os filiados ao **SINTUNESP** e que devem, no momento adequado, serem respondidas. Este é o motivo e a razão de eu estar esclarecendo e motivando a discussão deste tema.

Entendo que os trabalhadores, de forma geral, têm o pleno direito de se defenderem contra os ataques do governo e as explorações dos patrões. Concordo com o nosso apoio político a essas categorias enquanto entidade de defesa do trabalhador, mas, acima de tudo, tenho que ter coerência, responsabilidade e certeza daquilo que vou defender, pensando justamente na defesa plena, na garantia e na legalidade do trabalho que vou oferecer a essas categorias de trabalhadores.

Por isso, julgo ser necessário tipificarmos que tipo de trabalhadores, bem como a forma de contrato de trabalho existente com a **UNESP**, quando admitidos por ela. Não podemos nos esquecer que temos servidores contratados pelas **FUNDAÇÕES**, e contratados por **EMPRESAS PRIVADAS**, em regimes diferenciados (estatutários, autárquicos e celetistas), admitidos por concurso público e sem concurso público, além dos servidores contratados diretamente pela **UNESP** por concurso público em regime celetista.

Entendo, ainda, que é necessário fazermos uma avaliação da legalidade disso, pois poderemos estar caminhando na contramão das nossas bandeiras de luta, no combate às **FUNDAÇÕES** e **TERCEIRIZAÇÕES**.

Outro ponto que se faz necessário esclarecer é que, no que diz respeito aos servidores contratados pelas **FUNDAÇÕES**, tipicamente têm um contrato de trabalho idêntico aos servidores contratados diretamente pela **UNESP**, por concurso público e

regime celetista. Até concordo em fazermos uma discussão específica da situação que envolve esses servidores, no sentido da viabilidade de trazê-los para o nosso seio sindical, mas é preciso termos claro que seria necessário, também, que todas as questões referentes às discussões salariais desses servidores, bem como suas reivindicações de melhorias de condições de trabalho, fossem amoldadas de forma isonômica com as nossas lutas frente à UNESP. Por exemplo: Discussão de dissídio coletivo da categoria e pauta específica no mesmo momento em que se der a nossa discussão, também exigirmos da UNESP que, a partir de então, não haja mais contratações de servidores pelas FUNDAÇÕES.

Precisamos ter consciência da legalidade de representá-los de fato, e em todas as circunstâncias e esferas jurídicas, não apenas para motivação do aumento de recurso financeiro do **SINTUNESP**. Temos que oferecer a esses trabalhadores garantias de fato na defesa dos mesmos, inclusive nas situações de demissões, caso parem suas atividades para participar dos nossos movimentos. Devemos lembrar que as **FUNDAÇÕES** têm autonomia para contratar, bem como demitir.

Temos que lembrar, ainda, que teremos que fazer **mudanças em nosso estatuto**, pois o **SINTUNESP** foi criado com o objetivo único de representar **os SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UNESP**. Não podemos achar que somos uma Central Sindical como é a CONLUTAS, que tem sim a obrigação de representar e defender trabalhadores de várias categorias e tipos de regimes, pois a maioria das classes de trabalhadores do país está filiada a ela e contribuindo para a permanência e a existência da mesma, o que não é a nossa realidade enquanto entidade sindical.

É importante ampliarmos esse debate não apenas no momento de realização do nosso Congresso, mas levá-lo desde já para a base de nossos filiados, uma vez que são eles que devem ter pleno esclarecimento para decidirem se aceitam ou não esse novo perfil de representação do **SINTUNESP**, uma vez que, com a mudança, o **SINTUNESP** estará deixando de ser representante único dos **SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UNESP**.

WAGNER ALEXANDRE

Coord. Jurídico
SINTUNESP